

CONVOCAÇÃO PÚBLICA

I OLIMPÍADA NACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

O Laboratório de Regulação Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (“UERJ Reg.”) realiza convocação pública para inscrições de Equipes para o *I Olimpíada Nacional de Direito Administrativo*.

1. O Laboratório de Regulação Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Reg.

1.1. O UERJ Reg. é uma entidade sem fins lucrativos vinculada à Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e direcionada à pesquisa e ao engajamento dos alunos em questões e debates relacionados à regulação da economia e ao Direito Administrativo. A organização da presente Olimpíada tem por objetivo estimular o desenvolvimento de estudos sobre as referidas disciplinas pelos alunos de graduação em Direito.

2. Requisitos para participação na competição

2.1. Terá direito à participação qualquer aluno regularmente matriculado em curso de Graduação em Direito reconhecido pelo Ministério da Educação.

2.2. O aluno deverá comprovar seu vínculo com a instituição por meio de documento oficial.

2.3. A participação dar-se-á sob a forma de Equipes formadas por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) discentes.

2.4. É possível inscrição de mais de uma equipe da mesma instituição, desde que as equipes sejam de campi diferentes.

3. Inscrições

3.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente pelo e-mail uerjreg@gmail.com, dentro do cronograma publicado no sítio eletrônico e nos demais canais de mídias sociais.

3.2. No ato da inscrição, o representante da Equipe deverá utilizar o formulário em anexo para indicar os discentes que a comporão e apresentar documentação comprobatória do vínculo, conforme item 2.2. Os documentos deverão ser digitalizados e enviados por e-mail.

3.3 As Equipes poderão indicar até 2 (dois) discentes suplentes, caso algum participante não possa justificadamente comparecer nas datas previstas para a realização da competição.

4. A competição

4.1. A competição será realizada em duas fases: (1) Fase Preliminar à Distância e (2) Fase Presencial.

4.2. Fase Preliminar à Distância

4.2.1. A Fase Preliminar à Distância compreenderá o envio de parecer jurídico para o endereço eletrônico uerjreg@gmail.com, em conformidade com o item 5.1.

4.2.2. O resultado das Equipes será divulgado publicamente pela nossa página no *Facebook*, “UERJ Reg.”.

4.2.3. As Equipes com maior pontuação estarão classificadas para a Fase Presencial, em conformidade com o edital previsto no item 5.1.

4.2.4. As Equipes classificadas terão até 5 dias úteis para confirmar, por e-mail, o envio de representantes para a Fase Presencial.

4.2.5. Em caso de não manifestação dentro do prazo estipulado no item acima, a Equipe será eliminada.

4.2.6. Na hipótese da eliminação prevista no item anterior, será realizada uma única nova convocação para completar as vagas remanescentes, seguindo a ordem de classificação.

4.2.7. As novas Equipes convocadas terão até 5 dias úteis para confirmar, por e-mail, o envio de representantes para a Fase Presencial.

4.3. Fase Presencial

4.3.1. O deslocamento, a hospedagem, a alimentação, bem como quaisquer outros gastos necessários para participação das Equipes, serão de responsabilidade exclusiva dos participantes.

4.3.2. A sistemática de confronto entre as Equipes será disciplinada em edital, conforme item 5.1.

4.3.3. O resultado da competição será divulgado em evento de premiação realizado no último dia da Fase Presencial.

5. Edital

5.1. Após o período de inscrição de Equipes, será divulgado o edital da competição com detalhamento de cada fase, pontuação e banca examinadora.

5.2. A competição está vinculada ao “Conteúdo Programático” detalhado no Anexo II desse instrumento convocatório.

6. Datas importantes e local da competição

6.1. Período de inscrição: 01 de outubro de 2018 a 21 de novembro de 2018.

6.2. Divulgação do Edital com esclarecimentos da competição: 22 de novembro de 2018.

6.3. Data limite para envio do parecer jurídico da Fase Preliminar à Distância: 21 de dezembro de 2018.

6.4. Divulgação do resultado da Fase Preliminar à Distância: 08 de janeiro de 2019.

6.5. Data limite para confirmação da participação das Equipes na Fase Presencial: 15 de janeiro de 2019.

6.6. Nova convocação em caso de eliminação de Equipe: 16 de janeiro de 2019.

6.7. Data limite para confirmação da participação na Fase Presencial das novas Equipes convocadas: 23 de janeiro de 2019.

6.8. Fase Presencial: 18 e 19 de maio de 2019.

6.9. Local da Fase Presencial: Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rua São Francisco Xavier, nº 524, 7º andar, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ.

7. Premiação

7.1. Todos os participantes das Equipes inscritas que se qualificarem para a Fase Presencial receberão certificado de participação.

7.2. A Equipe vencedora receberá troféu de campeã da I Olimpíada Nacional de Direito Administrativo, medalhas individuais para seus participantes, e uma coleção de livros de Direito Público.

Quaisquer dúvidas deverão ser encaminhadas para o e-mail uerjreg@gmail.com ou pela nossa página no *Facebook*, “UERJ Reg.”.

Rio de Janeiro, 1º de novembro de 2018

Laboratório de Regulação Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Reg.

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

INSTITUIÇÃO:

EQUIPE (LEBRANDO QUE OS DOIS ÚLTIMOS DISCENTES LISTADOS SERÃO CONSIDERADOS SUPLENTE(S)):

NOME COMPLETO	E-MAIL
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 - DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E OBJETO

- 1.1. Direito Administrativo. Origem e histórico. Critérios para a construção de um conceito. Área de abrangência.
- 1.2. Funções do Estado e função administrativa. Fontes do Direito Administrativo. Relações do Direito Administrativo com a Política e os demais ramos do Direito. Codificação do Direito Administrativo. Consolidação. Correntes doutrinárias.
- 1.3. Interpretação do Direito Administrativo. Pressupostos básicos.
- 1.4. Princípios constitucionais, legais e setoriais.
- 1.5. Novos paradigmas do direito administrativo. Constitucionalização, pragmatismo e juridicidade.
- 1.6. Direito administrativo e inovação.

UNIDADE 2 - REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

- 2.1. Regime jurídico administrativo. Premissas históricas e conceituação.
- 2.2. Conceito e noção de interesse público. Interesse público primário e secundário. Supremacia do interesse público e suas críticas.
- 2.3. Prerrogativas da Administração Pública. Poder Hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Uso e abuso do Poder.
- 2.4. Poder de Polícia. Noções gerais: conceito, evolução e características. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Partilha constitucional da competência no exercício do poder de polícia. Entes legitimados para exercê-lo. Limites ao exercício do poder de polícia.

UNIDADE 3 - ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 3.1. Administração Direta e Indireta. Centralização e descentralização administrativa. Descentralização e desconcentração.
- 3.2. Entidades da Administração Indireta: Autarquias e fundações públicas; ; Entidades do Terceiro Setor. Entidades e Órgãos Públicos; Sistema S.
- 3.3. Consórcios públicos e outras formas de cooperação interadministrativa.
- 3.4. Direito administrativo empresarial. Nova Lei das Estatais. Empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 3.5. Agências Reguladoras. Poder normativo e deslegalização. A atividade de regulação: consultas públicas, audiências públicas e participação dos interessados. Propostas legislativas sobre agências reguladoras.

UNIDADE 4 – ATO E PROCESSO ADMINISTRATIVO

- 4.1. Fatos e atos da Administração Pública. Ato administrativo. Conceito e requisitos. Atributos.
- 4.2. Perfeição, validade, eficácia.
- 4.3. Classificação dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade. O mérito do ato administrativo.
- 4.4. Extinção dos atos administrativos. Modalidades. Revogação e Anulação. Vícios do ato administrativo: ato nulo e anulável. Autotutela. Convalidação. Sanatória voluntária e involuntária.
- 4.5. Discricionariedade e vinculação. Mérito. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade.
- 4.6. Teoria dos motivos determinantes.
- 4.7. Prescrição e decadência. Preclusão administrativa.
- 4.8. Processo Administrativo. Princípios constitucionais. A Lei Federal do Processo Administrativo.

UNIDADE 5 - DIREITO ADMINISTRATIVO DAS PARCERIAS.

- 5.1. Bases constitucionais.
- 5.2. Licitação para outorga de concessões e permissões. Contratos de obra pública, de prestação de serviços e de fornecimento. Extinção das concessões e permissões.
- 5.3. Parcerias Público-Privadas.
- 5.4. Atuação do Terceiro Setor.
- 5.5. Qualificações e instrumentos de parcerias com a Administração Pública: legislação e regime jurídico. Lei Federal n.º 9.637/1998.
- 5.6. Organizações sociais e contratos de gestão. Lei Federal n.º 9.790/1999. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Termo de Parceria. Convênios e contratos de repasse. Lei Federal n.º 8.666/93. Decreto Lei n.º 6.170/2007.
- 5.7. Lei das Parcerias Voluntárias (Lei Federal n.º 13.019/2014). Termos de fomento, termos de colaboração e acordos de cooperação..
- 5.8. Novas formas de parceria entre o Estado e a iniciativa privada.

UNIDADE 6 - AGENTES PÚBLICOS

- 6.1. Agentes públicos e sua classificação. Cargo, emprego e função.
- 6.2. Regime Jurídico Constitucional dos Servidores Públicos. Regime Jurídico do Servidor Público. Abrangência das Normas Constitucionais.
- 6.3. Acessibilidade aos cargos públicos. Investidura em cargos e empregos públicos. Investidura originária. Investidura derivada. Nomeação. Posse.
- 6.4. Regime Jurídico Único. Evolução Funcional. Remuneração. Acumulação. Estabilidade. Disponibilidade. Aposentadoria. Responsabilidade do Servidor. Sindicalização e Greve.

UNIDADE 7 – LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

7.1. Licitação: Natureza jurídica do processo licitatório. Evolução histórica. Princípios aplicáveis. Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e o Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº. 12.462/11). Propostas legislativas para alterações do regime de contratações públicas.

7.2. Inexigibilidade e Dispensa do processo licitatório. Modalidades, tipos e fases da Licitação. Habilitação dos Licitantes e Julgamento das propostas. Recursos. Homologação e adjudicação.

7.3. Contratos Administrativos: Natureza Jurídica. Referenciais para a formação de um conceito. Elementos. Características e tipificação do Contrato de direito público. Contratos da Administração e Contratos Administrativos. Estatuto Jurídico dos Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93 e legislação posterior). A formação dos contratos administrativos. Contratualização da atividade administrativa.

7.3. Execução do contrato administrativo: princípios aplicáveis. As “cláusulas exorbitantes” e o regime exorbitante. Mutabilidade e equilíbrio financeiro: álea administrativa e econômica. Teorias do fato do príncipe e da Imprevisão. Matriz de riscos nos contratos administrativos. Exceção do contrato não cumprido. Revisão, reajustamento e prorrogação. Extinção do contrato administrativo.

7.4. Figuras contratuais da Administração. Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não contratual.

UNIDADE 8 - SERVIÇOS PÚBLICOS

8.1. Serviço público: conceito, caracteres, classificações e garantias.

8.2. Regime jurídico e princípios aplicáveis.

8.3. Formas de Execução. Concessões e permissões de serviço público. Natureza jurídica. Extinção da concessão e da permissão de serviço público. Equilíbrio econômico-financeiro. Tarifa e receitas alternativas. Retomada do serviço. Termo contratual, caducidade, encampação, rescisão pelo delegatário, anulação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço.

8.4. Formas alternativas de gestão de serviços públicos. Desestatização. Privatização. Delegação. Concessões e permissões. As autorizações de serviço público. Terceirização. Participação. Consensualidade.

8.5. Consórcios públicos e a gestão interfederativa de serviços públicos. Regime jurídico das atividades monopolizadas pelo Estado.

8.6. Concessões de infraestrutura e regulações setoriais.

UNIDADE 9 - DOMÍNIO PÚBLICO

9.1. Natureza jurídica do domínio público. Bens públicos: conceito, classificações e regime jurídico. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação.

9.2. Bens públicos em espécie.

9.3. Utilização dos bens públicos. Concessão e permissão. Ocupação. Uso gratuito e uso oneroso.

9.4. A exploração econômica de bens públicos. *Naming rights* em bens públicos.

UNIDADE 10 - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

10.1. Meios de Intervenção. Limitações, Requisições e Servidões Administrativas. Principais limitações administrativas. Zoneamento. Natureza jurídica das licenças. Servidões administrativas. Requisição da bens privados. Ocupação temporária. Bens do patrimônio histórico e artístico nacional: tombamento.

10.2. Desapropriação: conceito, pressupostos e fundamentos. Indenização e preço: elementos constitutivos e forma de pagamento. Direito de extensão. Retrocessão. Procedimento administrativo e procedimento judicial. Efeitos.

10.3. Processo administrativo e judicial na desapropriação por utilidade pública. A indenização. Imissão provisória na posse. Desapropriação por zona e direito de extensão. Retrocessão. A chamada desapropriação indireta.

10.4. A desapropriação por interesse social: história, conceito e fundamento jurídico. Processos administrativos e judicial.

UNIDADE 11 - RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO

11.1. Conceito, fundamentos e extensão.

11.2. Evolução da Responsabilidade por Atos Administrativos. O Estado irresponsável. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade objetiva. Teorias aplicáveis.

11.3. Evolução legislativa da responsabilidade do Estado no Brasil. Fundamento jurídico da responsabilidade. Posição doutrinária e jurisprudencial.

11.4. Características do dano a ser reparado. Atenuantes e excludentes da responsabilidade.

11.5. Ação regressiva e apuração da falta pessoal. Denúnciação na lide.

11.6. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.

11.7. Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais.

UNIDADE 12 – CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

12.1 Controle da atividade administrativa. Noções gerais, pressupostos, espécies e limites do controle. A lei de improbidade administrativa. Lei anticorrupção. Controle administrativo. Controle interno e externo. Controle preventivo e repressivo. Direito de petição e direito de defesa. Sobreposição dos sistemas de controle.

12.2 Controle Legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito. Responsabilidade política. Fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial. Tribunal de Contas.

12.3 Controle jurisdicional. Conceitos. Meios específicos do controle jurisdicional. Meios alternativos de resolução de controvérsias. Negociação, conciliação e arbitragem na Administração Pública.

UNIDADE 13– INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

13.1 A Ordem Econômica Constitucional;

13.2 Fomento;

13.3 Exploração direta;

13.4 Monopólios, monopólios naturais e constitucionais;

13.5 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;

13.6 Controle de preços.

UNIDADE 14 - REGULAÇÃO

- 14.1 Regulação como forma de atuação e intervenção da Administração Pública. 14.2 Fomento e exploração direta.
- 14.3 Regulação por comando e controle.
- 14.4 Novas formas de regulação.
- 14.5 Regulação por incentivos, soft law e sanções premiais.
- 14.6 Análise de impacto regulatório.
- 14.7 A regulação de novas tecnologias.